

---N.º 9/2024 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.-----

--- Aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA A)

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA ALUGUER E INSTALAÇÃO DE CONSTRUÇÃO MODULAR EM AMBIENTE ESCOLAR PARA A ESCOLA PADRE BENJAMIM SALGADO, E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.OS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; NO VALOR DE 1.435.124,00 € (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO MIL E CENTO E VINTE E QUATRO EUROS), ACRESCIDOS DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE SERVIÇOS EDUCATIVOS - ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE BENJAMIM SALGADO

DE JOANE, E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PELO VALOR ANUAL DE 168.000,00€ (CENTO E SESSENTA E OITO MIL EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE GAVIÃO, A FREGUESIA DE FRADELOS, A FREGUESIA DO LOURO, A FREGUESIA DE PEDOME, A FREGUESIA DE RIBEIRÃO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADÉ DE VERMOIM, E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS (CASA FELIZ), CONFORME TRANSCRITAS NO CORPO DA PRESENTE PROPOSTA E QUE AQUI SE DÃO POR REPRODUZIDAS, MAIS CONCRETAMENTE AOS ARTIGOS 192.º, 193.º, 194.º, 196.º, 197.º, 200.º, 202.º, 203.º, 204.º E 205.º, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO

MUNICIPAL A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR, DO PARQUE DE LAZER, DA CASA MORTUÁRIA, COM RESPETIVO ESTACIONAMENTO E O REPERFILAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS TANQUES, A CONSTRUIR NO PRÉDIO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO SOB O NÚMERO 1214 E INSCRITO NA MATRIZ URBANA SOB O ARTIGO 1362, DA FREGUESIA DE BRUFE, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA L) DO N.º 1 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 73/2009, DE 31 DE MARÇO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, E DO N.º 3 DO ARTIGO 12.º DO ANEXO I À PORTARIA N.º 162/2011 DE 18 DE ABRIL, TENDO EM VISTA REQUERER JUNTO DA DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE (DRAPN) AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DO SOLO, COM A ÁREA DE 21.355,00M2 INTEGRADA EM RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes Nascimento e secretariada por Susana Patrícia da Silva Ferreira e Rui Miguel Pereira Santos, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

--- ADELINO SILVA COSTA -----

---ÁLVARO MARTINS AZEVEDO -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

- ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----
- ARMINDO FERNANDES GOMES -----
- ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----
- ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES DA SILVA-----
- BERNARDINO GOMES MARTINS -----
- BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
- CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO-----
- CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
- CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
- CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE -----
- CARMEM RODRIGUES ARAÚJO -----
- CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----
- CÉLIA CRISTINA PEREIRA MACHADO -----
- CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----
- CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----
- DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
- DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
- ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA-----
- ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
- FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
- FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
- FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
- GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----
- HEITOR RUI DOS SANTOS BERNARDO -----
- JOANA GOMES FERNANDES -----
- JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----

- JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----
- JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
- JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
- JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----
- JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
- JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
- JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
- LAURINDA DA COSTA MACIEL-----
- LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----
- LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----
- LUCA CARNEIRO PINHAL -----
- LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
- LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
- MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA-----
- MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
- MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----
- MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
- MANUEL LIMA SOARES-----
- MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----
- MANUEL SILVA ALVES -----
- MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
- MARTA ISABEL MARTINS DA SILVA E SÁ-----
- MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA -----
- PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO-----
- PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
- PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de esclarecimentos:

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** ---

Deu início à sessão informando da correspondência da Assembleia Municipal.

Deu início à votação das atas. -----

---*Posta à votação a ata de sete de julho de dois mil e vinte e três, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

---*Posta à votação a ata de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

---*Posta à votação a ata de trinta de outubro de dois mil e vinte e três, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

- Prosseguimos com o período de Antes da Ordem do Dia, deram entrada na Mesa da Assembleia Municipal seis votos. Um voto de louvor do CHEGA aos bombeiros voluntários de Famalicão. Um voto de recomendação do CHEGA pelo jornalismo em Famalicão. Uma moção de recomendação do partido Socialista, da JS, alargamento de isenção de IMI para cinco anos. Uma moção de recomendação do partido Socialista, da JS, Município de Vila Nova de

Famalicão mais acessível para todos. Uma saudação da CDU pelo 45º aniversário do SNS. E por fim, um voto de louvor de todos os partidos a que se junta a Mesa da Assembleia Municipal, pela resiliência, coragem e determinação ao combate aos incêndios em Portugal. Por esta ordem dou a palavra aos senhores deputados para apresentação dos votos, começo pelo senhor deputado do CHEGA, João Pedro Castro.-----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Apresentou um Voto de Recomendação do seguinte teor:-----

- “O jornalismo é, historicamente, um recurso essencial para a democracia. Poderia pensar-se que, numa era de profusão informacional e de acesso livre a dados e informações como é esta era digital, o jornalismo perdeu razão de ser e oportunidade histórica. Contudo, as recentes crises da democracia, como a crescente abstenção eleitoral, o recrudescimento de correntes contrapoder e a proliferação das chamadas *fake news*, vieram demonstrar que a função jornalística é ainda essencial para as sociedades liberais ocidentais. Tal como a Educação, a Saúde e a Justiça, o jornalismo, internacional, nacional ou regional, é um bem publico. Vários estudos recentes têm demonstrado que o exercício do jornalismo tem efeitos positivos na qualidade da democracia e da representação política. Ora, sendo o jornalismo essencial e basilar nas democracias, e não havendo um modelo de negócio que sustente esta atividade, coloca-se a questão de, até onde o Estado (central ou local) deve intervir. É, pois, necessário manter uma perspetiva critica sobre a forma como estas intervenções justificadas e implementadas, olhando para o que são as suas vantagens, mas também limitações e perigos. Todos temos conhecimento que o jornalismo regional sustenta se através do orçamento camarário, o que equivale a dizer, vive quase única e exclusivamente do erário publico. Sendo relevantes e justificáveis no

atual contexto, os apoios que resultam de condições económicas adversas para os jornais devem, contudo, resultar de um enquadramento que não cause desigualdades. Neste sentido o Partido Chega de V.N. de Famalicão, apela e recomenda que o jornalismo local tenha critérios transparentes e equitativos, de informação generalizada e sustentada em factos concretos do interesse publico.

Apela igualmente às forças políticas no poder, que resistam à tentação de manipular, omitir ou distorcer determinados acontecimentos de relevante interesse para a população. Vamos entrar num período pré-eleitoral e os órgãos de comunicação social desempenham um papel decisivo na sustentação do sistema democrático e na formação da opinião pública e que o princípio do pluralismo político, pressupõe que os diversos atores políticos tenham acesso aos media e que estes assegurem uma informação plural, de modo a que os cidadãos compreendam o que distingue os diferentes candidatos e, possam efetuar escolhas informadas. Queira esta assembleia aprovar este voto de recomendação!”-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Apresentou uma Moção do seguinte teor:-----

- “Alargamento da Isenção de IMI para 5 anos” -----
- A Lei nº 56/2023, de 6 de outubro, aprovou o denominado pacote legislativo “Mais Habitação” e estabeleceu um conjunto de medidas com o objetivo de garantir mais habitação, criando entre outros, um apoio à promoção da habitação para arrendamento acessível, desenvolvendo uma nova geração de cooperativismo para a promoção da habitação acessível, definindo regras excecionais e transitórias quanto ao valor das rendas nos novos contratos de arrendamento, subsequentes a contratos celebrados nos últimos cinco anos e definindo mecanismos de proteção aos inquilinos com contratos de arrendamento anteriores a 1990 e à garantia da justa compensação do senhorio. Nesse diploma

legal foram ainda aprovadas várias medidas fiscais de incentivo e apoio ao arrendamento. Entre estas, avulta a possibilidade dos proprietários de habitação própria e permanente, adquirida entre 2020 e 2022, podem estar mais dois anos com isenção de IMI, de acordo com a nova redação dada ao artigo 46º, nº5, do estatuto dos benefícios fiscais (D.L. nº215/89. De 1 de julho). Este apoio excecional, criado para atenuar os efeitos negativos da subida acentuada das taxas de juro Euribor do crédito à habitação, pode ser concedido desde que o rendimento bruto anual do proprietário ou do seu agregado familiar não ultrapasse os 153000€, que a casa seja para habitação própria e permanente e que o seu valor patrimonial tributário não exceda os 125000€. Sendo uma isenção a aplicar a aquisições de imóveis entre 2020 e 2022, o imóvel que, por exemplo tenha sido adquirido em 2020 e que já usufruiu dos três anos de isenção terminada em 2022, terá direito a mais dois anos sem pagar imposto. Reduzir a despesa com o IMI, nomeadamente para as famílias, é dar mais qualidade de vida aos famalicenses, contribuindo para que esse montante poupado seja mobilizado, em muitas das situações, para a aquisição de bens essenciais. Este alargamento da isenção do IMI é também uma forma indireta de ajudar as famílias a lidar com o esforço financeiro no seu orçamento familiar em virtude do impacto da inflação. Face ao exposto, propomos à Assembleia Municipal que aprove a presente moção de recomendação, no sentido de que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, delibere e aprove a prorrogação da isenção de IMI por mais dois anos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 46º, nº5, do estatuto dos benefícios fiscais, com a redação que lhe é dada pela Lei nº 56/2023, de 6 de outubro.”-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Apresentou uma Moção do seguinte teor:-----
- “Município de V. N. de Famalicão Mais Acessível para Todos” -----

- A acessibilidade é um direito fundamental que garante a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, o acesso pleno a todos os espaços públicos e privados. As cidades inclusivas promovem a equidade e a inclusão social, proporcionando infraestruturas adequadas e serviços acessíveis para todos os cidadãos. Portugal é signatário da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, que reafirma a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e a necessidade de garantir às pessoas com deficiências o seu pleno gozo sem serem alvo de discriminação, assim como a importância da acessibilidade ao ambiente físico, social, económico e cultural, à saúde e educação e à informação e comunicação, ao permitir às pessoas com deficiência o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. A acessibilidade é a garantia do respeito pela dignidade individual e ferramenta de combate à discriminação e segregação a que as pessoas com deficiência se encontram expostas. A implementação de políticas de acessibilidade contribui para a melhoria da qualidade de vida da população, com particular importância para a população mais idosa, pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, bem como, para a garantia da liberdade individual e coletiva da população. Em Vila Nova de Famalicão não existem políticas municipais ao nível da acessibilidade que possam garantir, de forma inequívoca, a inclusão de todos os cidadãos famalicenses. Diversos têm sido os relatos e as manifestações de famalicenses desagrados e descontentes com as atuais políticas locais nesta matéria, em particular, com as dificuldades sentidas no que concerne a diversos obstáculos sentidos pelos cidadãos com deficiência, pelos idosos, pelos progenitores que se socorrem de carrinhos de bebés, entre outros. --

- Destarte, propomos à Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão que aprove a presente moção de realização de um diagnóstico sobre as condições de acessibilidade existentes nos espaços públicos, equipamentos, serviços, infraestruturas e edifícios e de gestão da administração pública e local. Elaboração e implementação de um plano municipal de promoção das acessibilidades, com metas e prazos definidos, visando a progressiva adequação das infraestruturas e edifícios públicos de responsabilidade da administração local às normas de acessibilidade vigente do Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto, respeitando o estabelecido no diploma que refere, a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito. Criação de um Conselho municipal de Promoção das Acessibilidades e inclusão composto por entidades competentes do Município de Vila Nova de Famalicão, dois elementos da sociedade civil, entidades de apoio a pessoas com deficiência e uma personalidade de reconhecido mérito na área, para monitorizar e avaliar a implementação do plano municipal de promoção das acessibilidades, bem como para elaboração de proposta melhorias. Promoção de campanhas de consciencialização e formação sobre acessibilidade e inclusão, sensibilizando para a importância de municípios inclusivos. Incentivo à participação ativa de pessoas com deficiência, nomeadamente aquelas que têm condição de mobilidade condicionada, na construção das políticas públicas, garantindo que sua voz seja ouvida e as suas necessidades consideradas. Assegurar uma percentagem das

medidas propostas, bem como à manutenção e melhoria contínua das infraestruturas para o aqui explanado. Dessa forma, propõe-se que a presente moção seja aprovada e que o Município de Vila Nova de Famalicão se possa transformar num concelho verdadeiramente acessível a todos os cidadãos.”

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Apresentou uma Moção do seguinte teor: -----

- “45º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde (SNS)”-----

- O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma das mais importantes conquistas de Abril, e revela-se absolutamente fundamental no garante essencial no acesso à saúde de toda a população. Aliás, como a Constituição da República Portuguesa refere, todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. No entanto, a situação vivida no SNS é particularmente grave, num quadro em que o desinvestimento acontece a par de uma cada vez maior transferência de recursos públicos para os grupos económicos que fazem da doença um negócio. O ataque ao SNS é uma política que tem quase tantos anos como o próprio SNS. Desvalorizaram os profissionais de saúde nas suas remunerações, carreiras e condições de trabalho, atacando a sua dignidade. Mantiveram Hospitais, Centros de Saúde e outras unidades com financiamento insuficiente para as suas funções. Reduziram ao mínimo o investimento em equipamentos e edifícios. Promoveram a desarticulação entre as unidades do SNS e limitaram a autonomia do seu funcionamento. Coloca-se à vista o desinvestimento crónico na saúde pública e nos seus profissionais, senão vejamos, por exemplo, a falta de meios em muitos dos Postos e Unidades de Saúde deste concelho. Ou da nuvem negra que pairou sobre o nosso Hospital com o documento da Comissão para a Reforma das Maternidades, e que vinha propor a concentração de serviços e fecho de unidades, como a maternidade de Vila Nova de Famalicão. E se ao longo destes 45 anos, correspondeu-se com políticas que favoreceriam os objetivos dos grupos

económicos privados da saúde, hoje, ironicamente, as mesmas forças políticas surgem em modo Super-heróis a sobrepôr-se às responsabilidades que deveriam ser do Governo. Ou por exemplo, promovem plenas ações de campanha política e de falso marketing concelhio, as mesmas forças políticas que na Casa da Assembleia da República atacam diariamente o SNS. Tais factos, e ignorando qualquer discurso ideológico, impõem-se a união de forças que defendam o Serviço Nacional de Saúde do ataque sistemático a que tem sido sujeito e, ao mesmo tempo, exigir a sua recuperação e a manutenção do seu carácter universal e tendencialmente gratuito. Assim, a Assembleia Municipal de V.N. de Famalicão, reunida a 20 de setembro de 2024, delibera:-----

- Saudar o 45º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde (SNS); -----
- Defender o Serviço Nacional de Saúde (SNS), como uma forma de garantir a todos os cidadãos o direito à proteção da saúde, independentemente da sua condição económica e social; -----
- Comprometer-se na defesa da manutenção e melhoria dos Postos e Unidades de Saúde deste concelho e do Centro Hospitalar do Médio Ave. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) - E finalmente há um voto de Louvor pela resiliência, coragem e determinação no combate aos incêndios em Portugal, é apresentado por todos os Grupos Municipais a que se associa a Mesa da Assembleia Municipal e por isso vou proceder à leitura do mesmo. -----

---Voto de louvor pela resiliência, coragem e determinação no combate aos incêndios em Portugal.-----

- “Portugal viveu, nas últimas semanas, um verdadeiro estado de emergência, por força de centenas de incêndios que eclodiram, quase em simultâneo, nas zonas

Norte e Centro do País. Num ápice, os incêndios galgaram terrenos, mato e floresta, dizimando património florestal, destruindo habitats, arrasando colheitas, e, sobretudo, provocando a morte de Bombeiros, que viram ceifadas as suas vidas em prol de todos nós! A estes, em especial, e às suas famílias e amigos, apresentamos as nossas condolências e o nosso incomensurável apreço, sabendo que este nosso reconhecimento será sempre insuficiente! Segundo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a área ardida em Portugal Continental ultrapassou os 106 mil hectares. Nos distritos do Norte e Centro, como Aveiro, Porto, Vila Real, Braga e Viseu, só nas últimas semanas, arderam perto de 76 mil hectares. Importa, assim, neste momento, destacar o empenho e esforço de todos aqueles que se sacrificaram no combate aos incêndios: as diligentes, corajosas e tantas vezes sobre-humanas equipas de Bombeiros; as populações, tantas vezes desprovidas de meios, porém incansáveis na exaustiva tentativa de salvar tudo o que têm! No fundo, destacam-se todos aqueles que, nos momentos e nas circunstâncias difíceis, estiveram, estão e estarão sempre ao serviço das populações, com empenho, dignidade, disponibilidade e abnegação. No caso do nosso concelho, releva-se o papel das corporações de bombeiros concelhias: os Bombeiros Famalicensenses, os Bombeiros de Famalicão e os Bombeiros de Riba D´Ave, a quem se reconhece o louvável e fundamental desempenho. A responsabilidade e dedicação destas mulheres e homens vão muito além das funções que desempenham: orgulham todo um concelho com o seu elevado profissionalismo, espírito altruísta aliado a uma entrega total no que respeita às causas humanitárias. A coragem demonstrada pelos Soldados da Paz em situações de perigo e a capacidade de agirem com eficácia nos momentos de maior emergência e perigo iminente são dignas da mais elevada admiração e reconhecimento. Face ao exposto, por questão de justiça, reconhecimento e

gratidão, a Mesa e as bancadas municipais de todos os partidos que constituem e compõem a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão agregam-se e convergem posições, apresentando o presente Voto de Louvor, que se submete a votação, e que depois de lido e aprovado deve ser dado a conhecer às Direções das Corporações dos Bombeiros Famalicenses, Bombeiros de Famalicão e Bombeiros de Riba D’Ave. O voto é subscrito pela Mesa da Assembleia Municipal e por todos os Partidos com representação na Assembleia Municipal de V.N. Famalicão”. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) –

Senhores Deputados, como Vossas Excelências sabem após a leitura deste voto de tanta sensibilidade hoje é dia de Luto Nacional, foi decretado um dia de Luto Nacional. Nesse sentido e na sequência deste voto vou propor à Assembleia que possa ser respeitado um minuto de silêncio pela morte de toda a gente que viu ceifada a sua vida no combate a estes incêndios. Alguém vota contra, alguém se abstém, aprovado por unanimidade. Cumpramos então um minuto de silêncio. Muito obrigada pelo vosso respeito. -----

- Continuemos a Ordem de Trabalhos com as seguintes inscrições. -----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Senhores deputados, tornar pública quais são as posições e os sentidos de voto do Grupo Municipal do PSD relativamente a todos estes votos que acabamos de ler. Quanto ao voto de recomendação do CHEGA, para o CHEGA ficou claro com este documento que o jornalismo em Vila Nova de Famalicão não é livre, não é independente, não é isento, está comprado e, portanto, está controlado. Ora, nós não nos revemos nesta posição e, portanto, jamais validaríamos um entendimento desta natureza. Sim, o jornalismo em Vila Nova de Famalicão como no resto do País, sobretudo na imprensa local, vive com enormes dificuldades. Sim, a imprensa local não tem hoje, como há muitos

anos e cada vez pior, não tem a capacidade de investigação jornalística que todos nós por certo gostaríamos, mas ainda assim dentro das suas limitações, dos seus poucos recursos humanos, procura fazer chegar aos famalicenses informação útil, isenta e verdadeira, e por isso, vamos votar contra este voto de recomendação. ---

- Quanto à moção de recomendação da juventude Socialista, do partido Socialista, sobre o alargamento da isenção do IMI para os cinco anos. Se nós interpretarmos esta moção no sentido de deliberar aprovar uma recomendação para que o Município, o Executivo pondere, reflita sobre uma eventual prorrogação do prazo da isenção do IMI, nós votaremos a favor. Coisa diferente é o que está aqui, é a prorrogação adoc, fora da discussão mais generalista que habitualmente costumamos fazer no mês de outubro. Mas eu insisto, aprovar uma recomendação no sentido de uma ponderação e reflexão de uma prorrogação do IMI contará por certo com o voto a favor do PSD.-----

- Quanto à moção de recomendação também do partido Socialista, sobre Vila Nova de Famalicão mais acessível para todos. Eu devo começar por dizer que às vezes penso que os autores não refletem devidamente sobre aquilo que escrevem, o ponto 6 é uma mentira – “em Vila Nova de Famalicão não existem políticas municipais ao nível acessibilidades”, é mentira ponto final e os senhores Deputados sabem que é mentira. Eu poderia dar imensos exemplos, eu até poderia falar do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação, estão lá medidas de iluminação de barreiras arquitetónicas, estão lá medidas como atendimento presencial através da linguagem gestual, estão lá medidas como por exemplo, substituição de placas de identificação por linguagem braile, eu podia falar nos transportes, eu podia falar de uma centena de famalicenses, portadores de deficiência, que todos os dias beneficiam de transporte oferecido pela Câmara Municipal em 33 Freguesias para se dirigirem às instituições de solidariedade

social, às associações e até instituições do ensino superior, isto são medidas. Se o senhor Deputado diz, ou os senhores Deputados dizem, serão suficientes? Não há obstáculos? Não há dificuldades? Não há muito caminho para percorrer? Há muito caminho para percorrer, há muito caminho para percorrer nesta matéria. E por isso, nós concordamos com algum destes pontos, nós concordamos com a realização de um diagnóstico, não podíamos estar contra. Nós concordamos com a elaboração e implementação de um plano municipal para promoção de acessibilidades, nós aí já estamos contra, ainda não fizemos um plano, não fizemos um diagnóstico e já estamos a criar um conselho municipal de acessibilidades, parece-nos que é precipitado. Nós não podíamos estar contra a promoção de campanhas de socialização, nós não podíamos estar contra à criação de incentivos à participação cívica e à iniciativa ativa de portadoras de pessoas com deficiência, é evidentemente que não. Assegurar uma percentagem, os orçamentos não são feitos com cativações de percentagem, não pode haver x% do orçamento é para a saúde, x% do orçamento é para a educação, o x% não pode existir, nós estamos contra isto. Portanto, se aceitarem fazer votações em separado, nós votaremos todos aqueles pontos que eu fiz referência a favor, e naturalmente votaremos contra aqueles que eu identifiquei como estando em desacordo. Finalmente, quanto o 45º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde, voto de saudação proposto pela Coligação Democrática Unitária. Bom, cá está sem surpresa para ninguém, a CDU traz-nos aqui um voto obviamente onde é patente o seu preconceito ideológico quanto à iniciativa privada o setor da saúde e contra a intervenção também neste domínio no setor social. A Coligação Democrática Unitária, confunde Serviço Nacional de Saúde com Serviço Estatal de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde não é um Serviço Estatal de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde é o serviço público, é o serviço do Estado, é o setor

social e é o privado. Ainda assim, senhora Deputada Tânia Silva, obviamente com estas conclusões nós iremos votá-lo favoravelmente apesar dos considerandos que aqui são expendidos. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Relativamente aos votos e respondendo já de imediato ao senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, vou-lhe só dar um exemplo para não prolongarmos muito esta agonia. Houve um jornal de Famalicão que disse, “que o Município de Famalicão era o 4º mais barato no País em arrendamento”, só para ter uma ideia do que se diz nos jornais de Famalicão. Relativamente ao voto de louvor aprovado por todos os partidos, eu queria dizer algumas coisas relativamente aos últimos acontecimentos dos incêndios. Caros famalicenses, é evidente que não é uma altura para tirar dividendos políticos desta situação, aliás seria indigno de qualquer partido tentá-lo fazer perante a gravidade da situação. Mas nada nos impede de refletir, analisar, fazer considerações, ou tirar conclusões sobre este flagelo dos incêndios que todos os anos, desde há décadas invariavelmente causam tragédia humana, destroem recursos e expõe a fragilidade das políticas que têm sido aplicadas. Deixemo-nos de hipocrisias, há em primeiro lugar uma indústria de negócio dos incêndios que é preciso combater. Aliás, o próprio Primeiro Ministro, Luís Montenegro, disse ontem que há um problema grave que sobrevoa a ruralidade portuguesa. Há igualmente uma série de criminosos, que nós chamamos e no nosso entender, terroristas do estado, que são equiparados a traficantes de droga que minam a sociedade cuja justiça tem sido demasiado benévola com esta gente. Hoje em dia, hoje 20 de setembro de 2024, nas prisões portuguesas existem 74 pessoas detidas à ordem e processos por crimes de incêndios florestais segundo a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. A moldura penal é de 2 a 8 anos, ou 12 a 13 anos consoante o tipo de incêndio. As Corporações de Bombeiros andam sempre

de mão estendida, ouçam a entrevista na TSF do Presidente da Liga dos Bombeiros de ontem. Nós, CHEGA, contactamos as Corporações de bombeiros de forma amiúde, aliás o nosso Presidente da Comissão Política do CEGA de Famalicão é um operacional e foi dirigente dos Bombeiros, conhecemos a situação e os problemas são sempre os mesmos, diariamente enfrentam problemas de recrutamento, tesouraria, condições de trabalho, e todos sabemos que esta situação existe e pouco ou nada se faz. A prevenção e a formação dos proprietários das áreas florestais que 98% pertencem aos privados como sabem, o estado tem apenas 2%, dizem os especialistas que é essencial para evitar os incêndios. Há uma série de problemas que não vale a pena estar aqui a prolongar como eu vos disse esta agonia, mas há uma série de problemas que todos nós já os identificamos, os especialistas já os identificaram, o problema principal é que não há vontade política para resolver este problema. Depois, a grande conclusão está à vista de todos, não podemos deixar de afirmar que a malfadada vontade política não tenha sido suficiente para combater este flagelo, aliás, no nosso entender a falta de eficácia das políticas deve-se ao facto por esta... (terminou o tempo e não concluiu esta intervenção) mencionou que o CHEGA vai aprovar todos os outros votos não referido anteriormente. -----

---JORGE COSTA (PS) – O CHEGA tem razão nesta questão da imprensa local e o PS vai votar a favor. Nunca é demais lembrar que há pouco tempo órgãos nacionais se pronunciaram sobre questões graves neste concelho e só dois dos jornais locais a eles fizeram eco e referência, os outros para já ninguém ouviu uma palavra deles sobre esse assunto. Relativamente aos votos do partido Socialista, apresentados pela Juventude Socialista. Relativamente ao IMI, é preciso ter presente apesar da carga fiscal as dificuldades das famílias e a oportunidade de ajudar as famílias e os cidadãos. Isto já foi agendado na Câmara

Municipal pelo PS, normalmente esta maioria autista rechumba as propostas do PS, eu espero que o não faça porque neste momento é muito importante dar este passo a caminho da ajuda das famílias e da diminuição da carga fiscal.-----

- Relativamente à proposta de recomendação da JS, de facto existe uma falta de visão global estratégica e há apenas uma gestão casuística, aquilo que o Deputado Jorge Oliveira aqui disse, mas há isto, há aquilo, não há é como a Juventude Socialista aqui propõe que é uma visão integrada e até sem consignação, porque essa é proibida por lei e estamos de acordo, sem consignação um investimento efetivo e real. Vamos ver, espero que a Juventude Socialista esteja atenta no próximo orçamento, para ver se a Câmara aloca ou não verbas com alguma expressão a estas matérias. Vamos votar a favor até ao momento todos os votos. -----

- Relativamente ao voto da CDU, alinhamos pelo diapasão do PSD, votamos favoravelmente os considerandos, saudar o 25 de abril, saudar o 45º aniversário do SNS, mas nós não alinhamos na esquizofrenia porque entendemos que na saúde há lugar ao SNS, há lugar ao setor privado e há lugar ao setor social. Por último, o voto de louvor, é claro que aqui distanciamo-nos da postura do CHEGA, porquê, *La Palice* não diria melhor, se amanhã não chover vai estar um rico dia, isto é, há meios escassos e muitas necessidades no setor dos Bombeiros, mas aqui quedamo-nos, o CHEGA é que disse isto e eu estou apenas a pronunciar-me sobre os considerandos do CHEGA, porque nesta matéria a hora é de luto nacional, e a hora é de pensarmos todos no esforço e no valor e aqui louvo nas palavras de Pedro Nuno Santos, vamos também votar a favor necessariamente e somos promotores. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Apenas para esclarecer o nosso sentido de voto sobre o voto de recomendação do partido do CHEGA, optaremos pela abstenção,

porque para quem acusa o jornalismo de falta de transparência parece-nos que este voto de recomendação é bastante intrusivo naquilo que é a liberdade jornalística, e aqui colocávamos a questão, era se o CHEGA não estará a tentar recomendar aquilo que acusa os outros de o tentarem fazer. Relativamente aos outros votos apresentados votaremos a favor. E em relação àquilo que foi dito sobre o SNS, aquilo que chamam de esquizofrenia, nós tratamos da uma saúde ou consideramos que é saúde para todos e os privados não é assim que acontece. ----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – A minha intervenção para dar nota do sentido de voto do CDS relativamente às propostas apresentadas e aos considerandos dos senhores Deputados que me antecederam. Relativamente ao voto de recomendação apresentado pelo partido CHEGA, o CDS não se revê nesta recomendação, acho injusto e até chega a ser desnecessário os adjetivos que o partido CHEGA mais uma vez e neste voto faz um ataque à comunicação social em geral e à comunicação social de Vila Nova de Famalicão em particular. No que diz respeito à moção de recomendação e alargamento sobre o IMI, nós estamos perfeitamente alinhados com aquilo que foi a postura do nosso parceiro de coligação o PSD. E pensei que a intervenção que me antecedeu do PS que ia verificar, ou que ia dar nota se ia ou não atender àquilo que foi a recomendação do PSD, como não se pronunciou sobre isso parto do pressuposto, não sei se errado ou não, que não vai alterar e, portanto, o CDS irá votar contra. E também para dizer o seguinte, o PS que há menos de seis meses impôs a este País a maior carga fiscal de sempre, vir aqui dizer isto é preciso ter coragem e por aqui me fico. Relativamente à moção de recomendação do PS, efetivamente já aqui foi dito e completamente injusto acusar este executivo, acusar esta coligação que o suporta, que Famalicão não tem, não existe promoção da igualdade das acessibilidades. Portanto, foram diversos os exemplos e são vários os exemplos

de intervenção deste executivo no sentido totalmente oposto daquilo que é dito por estas inverdades. No que diz respeito ao voto de saudação da CDU, de facto, em termos ideológicos estamos completamente opostos e como diz o ditado, cada cavadela cada minhoca. E, portanto, vir aqui dizer que o setor privado não é para todos, ideologicamente atacar uma parte do serviço nacional de saúde não fica bem, mas, no entanto, atendendo àquilo que apresenta o proponente, saudar o serviço nacional de saúde, defender o serviço nacional de saúde e comprometer-se com a defesa do mesmo, portanto vamos votar favoravelmente. Relativamente ao voto de louvor sobre a tragédia dos incêndios, acho que todos nós estamos perfeitamente sensibilizados e o CDS que desde a primeira hora esteve na génese deste voto também, estamos perfeitamente alinhados e solidários com todas e todos que padeceram e padecem deste flagelo.-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Eu acho que, o que o partido Socialista aqui vem dizer em termos de isenção de IMI é muito claro, ou somos a favor, ou somos contra e temos que tomar uma posição acerca desta matéria, não podemos dar o *nin* aos famalicensenses. Se somos a favor que esta assembleia tome uma posição no sentido de recomendar à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão que discuta e que aprove esta medida, ou somos contra, ou não tomamos uma posição, fica claro o silêncio de alguns e a tomada de posição de outros. Relativamente à moção da CDU de acessibilidade, nós não estamos aqui a discutir inclusão, mas estamos a discutir acessibilidade, desafios que os famalicensenses encontram no seu dia a dia numa visão global integrada, propondo soluções e um conjunto de ferramentas que nos permitam solucionar este problema. Para terminar, dizer que temos tantos planos municipais e por exemplo, porque é que não temos um plano municipal para contribuição destes problemas aqui lançados pelo partido Socialista. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Na verdade a proposta do partido Socialista, da Juventude Socialista não é no sentido de recomendar a ponderação, eu ainda sei ler e os senhores Deputados também, delibere aprovar! Não há aqui ponderação nenhuma, o partido Socialista não quer que se pondere nada, o partido Socialista tem a posição com toda a legitimidade, mas diz, nós queremos a prorrogação pura e simples. Não quer nenhuma ponderação, já ponderou, tem esse direito de o fazer. Agora, nós não vamos acompanhar esta proposta exatamente por esse sentido, se colocar na proposta de recomendação no sentido de que a Câmara Municipal pondere a prorrogação do IMI votaremos a favor, não é isso que aqui está e, por isso, vamos votar contra. aqui diz aprovar, não há cá ponderação nenhuma, desculpe lá esta linguagem até de forma assim mais leve. Ainda assim, queria ao abrigo do artigo 62º número 5 do Regimento, que passo a ler – “ desde que substantiva e formalmente possível e salvo a oposição do Grupo Municipal proponente, pode requerimento oral de qualquer Grupo proceder-se à votação em separado de uma proposta”, portanto, o que eu vou requerer obviamente o partido Socialista pode-se opor e tem esse direito, mas o que nós gostaríamos senhor Presidente é que a moção de recomendação ao Município de Vila Nova de Famalicão mais acessível para todos pudéssemos votar em separado os parágrafos da parte resolutiva, é como o Regimento diz – “ é substantiva e formalmente possível”. Se assim fizermos, faremos essa votação em separado, se o partido Socialista se opuser com toda a legitimidade e com todo o direito, votaremos contra a proposta de recomendação.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Vou ser telegráfico, propor a aprovação de planos de boas intenções está o inferno cheio. A nossa proposta é global e supõe um plano de ação, e um plano financeiro subjacente para se poderem fazer as coisas que

ficam propostas, sem essa realidade nada existirá e por isso é que a proposta é conjunta e não separada.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Senhores Deputados, não há mais inscrições vamos proceder às votações.-----

---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO RELATIVAMENTE AO JORNALISMO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA, FOI O MESMO REJEITADO, COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS A FAVOR DO PS, E ABSTENÇÃO DA CDU.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO RELATIVAMENTE AO ALARGAMENTO DO IMI APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, FOI A MESMA REJEITADA, COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS A FAVOR DO PS, DO CHEGA E DA CDU.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO RELATIVAMENTE AO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO MAIS ACESSÍVEL PARA TODOS APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, FOI A MESMA REJEITADA, COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, OS VOTOS A FAVOR DO PS, DO CHEGA E DA CDU.-----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE SAUDAÇÃO RELATIVAMENTE AO 45º ANIVERSÁRIO DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR PELA RESILIÊNCIA, CORAGEM E DETERMINAÇÃO NO COMBATE AOS INCÊNDIOS EM PORTUGAL SUBSCRITO PELA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E POR TODOS OS PARTIDOS COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

-----ORDEM DO DIA -----

---PRIMEIRO PONTO – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D) -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – Permitam-me só fazer algumas referências e algumas informações que considero pertinentes trazê-las para o início deste período da Ordem do Dia, aquela informação relativamente aos incêndios parece-me a mim, com certeza a todos muito pertinente trazer. Como é sabido, Famalicão viveu momentos de bastante angústia, bastante ansiedade, muita preocupação, nomeadamente no dia de domingo e dias subsequentes, em que eu próprio tive oportunidade de estar presente por forma a que em tempo real soubesse aquilo que estava a suceder com o território em Famalicão e nomeadamente com os meus concidadãos famalicenses acompanhado com o senhor Vereador da Proteção Civil. Nós

tivemos cerca de 40 ocorrências, claro que aquela que é mais conhecida que foi mais mediatizada é aquela que ocorreu em Vermoim, Requião e Vale S. Martinho como é sabido com vários reacendimentos, com muitos meios deslocados para o local, muitos operacionais, para além dos sapadores florestais municipais e técnicos municipais também tivemos obviamente apoio de outras corporações externas a Famalicão. Tivemos incêndios com alguma relevância, nomeadamente Portela, Telhado, Brufe, Arnoso e Fradelos, tudo acabou por correr pelo melhor porque a situação está sanada como é óbvio, mas não queria deixar aqui de enfatizar o facto de termos atravessado momentos de grande angústia por causa deste fenómeno, fruto de uma seca prolongada faz com que as nossas florestas estejam com a sua manta morta como é conhecida, e mesmo as folhas das árvores pouco hidratadas o que provoca depois da ignição incêndios desta natureza e ainda por cima com o vento que se fazia sentir. Depois, obviamente dizer-vos sobre a Feira de Artesanato que terminou, como é hábito também trago aqui algumas referências muito breves. Foram 10 dias como é sabido deste certame, foram cerca de 140 mil visitantes desta Feira de Artesanato e Gastronomia com muitas iniciativas e materiais, como também é sabido, com cerca de 100 expositores cuja avaliação dos Artesãos que participam em muitas feiras a nível nacional nos disseram que realmente esta é uma das melhores feiras de Portugal. O arranque do ano escolar também obviamente tem que ser notícia, e a melhor notícia, é não haver notícias acerca do arranque do ano escolar em Famalicão porque está tudo a decorrer dentro da normalidade. Claro está que para o ano letivo arranque com normalidade há muito trabalho prévio, portanto, também quero aqui agradecer nomeadamente às Escolas, aos Técnicos da Câmara Municipal, aos Professores, às Associações de Pais que estão sempre muito envolvidas neste processo do início do ano letivo e, portanto, também um

agradecimento. Dizer-vos também acerca deste ano letivo 2024/2025, que temos afeto para este mesmo ano, o maior orçamento da nossa história cerca de 47 milhões de euros, há uma parte significativa que é direcionada para múltiplas obras desde pequenas a grandes, claro está que a Padre Benjamim Salgado é uma das grandes obras e que tem afeto também do ponto de vista plurianual para o ano de 2026 uma fatia também significativa que não está nos 47 milhões, portanto, isso será para o ano letivo de 2025/2026, mas para 2025 e ainda para 2024 obviamente tem aqui uma fatia com algum significado. Mas podia falar de outras escolas, como a Senador Sousa Fernandes em Mões, JI de Delães, o Centro Escolar de Brufe, a EB Escola Básica de Seide e a conclusão também de obras que estão e decorrer, estou a falar apenas das maiores, JI de Requião, EB1 de Gavião, EB1 boca de Monte em Mogege, EB1 de Castelões e EB1 de Quintão em Arnoso Santa Eulália. Dizer-vos ainda do ano letivo que vamos incorporar no corpo das assistentes operacionais mais de 50 novos assistentes operacionais, chegando a um valor de 626 assistentes operacionais afetos às escolas. Estamos a mudar a configuração a arquitetura também das atividades de enriquecimento curricular, por forma a que possamos por via desta alteração alcançar mais metas e objetivos, porque consideramos que estas atividades podem fazer com que as nossas crianças consigam incorporar, assimilar mais competências, nomeadamente, natureza social. Lembro ainda o aumento que desenvolvemos para os vouchers de aquisição de material escolar em 20% e oferta para os cadernos de atividades para todos os alunos. Permitam-me também que faça aqui uma referência à Dr.^a Maria Augusta, que renunciou ao mandato, mas queria aqui deixar publicamente também um agradecimento pelo seu contributo em sede de reunião de Câmara, que era também com o Dr. Paulo Folhadela para ser justo, os dois Vereadores do partido Socialista com maior intervenção e maiores

contributos, portanto, fica aqui esta saudação e este obrigado. Depois dizer-vos também, ainda bem que se falou aqui em acessibilidades, que nós continuamos a desenvolver o nosso plano de ação no que respeita as acessibilidades nomeadamente a subtração se algumas barreiras físicas que ainda existem, nomeadamente na rua Alberto Sampaio, junto à Rotunda dos Pinheirinhos, na Avenida de França que está a sofrer uma intervenção que por via dela queremos resolver melhor a questão da segurança rodoviária, mas também das acessibilidades e nesta Rua alberto Sampaio que é nesse entroncamento com a rotunda vamos ter necessidade de abater 10 árvores que a maior parte delas estão com patologias graves e teriam que ser abatidas de qualquer maneira, de todo o modo fica a nota já que se falou aqui das acessibilidades. Dizer-vos também uma notícia que não é boa e que tem a ver com a Fagricoop, é capaz de ser notícia um dia destes, não sei se já foi por acaso, a Fagricoop está em falência e obviamente que isto é uma preocupação grande para todos nós, e obviamente, que nós vamos dar todos os contributos por forma a que esta cooperativa continue disponível para ajudar e apoiar os nossos agricultores famalicenses. Ficam só estas notas que considero no momento mais relevantes, obrigado. -----

---PAULO PINTO (PS) – Senhor Presidente da Câmara, em termos de lei tem a obrigação de prestar os devidos esclarecimentos a esta Assembleia Municipal, neste ponto e gastar o tempo e deixar dois minutos só para respostas, ache que devia ter mais cuidado com isso. Eu faço um apelo, que siga o exemplo do seu Vice-presidente da Câmara quando estar aqui a representar, que guarda tempo e responde, muitas vezes não responde ao que a gente pergunta, mas responde. Peço-lhe que comece a seguir o exemplo, mas deixar tempo para responder algumas coisas. Antes de entrar no assunto só um pequeno aparte, senhor Deputado Ricardo Costa, relativamente a carga fiscal nos últimos tempos, Vossa

Excelência tem vindo cá dizer que a carga fiscal tem aumentado de forma exponencial pelo partido Socialista em 2023 foi um aumento da carga fiscal, tem sido sempre e há muito tempo que tem vindo a dizer isto. Eu não vou entrar aqui muito em pormenores, deixo isso se quiser depois para o orçamento, mas segundo o Instituto Nacional de Estatística a carga fiscal em Portugal foi 35,8% em 2023 e em 2022 tinha sido 36% por isso baixou. Em termos de Europa a 27 foi inferior à média, foi o 12º País com menor carga fiscal, mas depois podemos voltar lá.-----

- Senhor Presidente da Câmara, neste ponto vou-lhe fazer quatro perguntas, ou pelo menos duas perguntas mais diretas, duas são repetidas que eu fiz na altura do relatório de contas, em que Vossa Excelência não teve a oportunidade ou não quis responder, peço que o faça e não me obrigue a fazer um requerimento por escrito, porque é exatamente poder-nos esclarecer devidamente e tem a ver com a água. Na altura e isto é uma pergunta sincera, gostaria de saber porque não sei desconheço. Na altura perguntei-lhe se a rubrica 020 11601 do lado da despesa, tinha um valor de 5,7 milhões de euros se se referia ao custo da água que o Município tem, ou seja, que o Município compra? E se a rubrica 070 10802 com valor de 6,2 milhões de euros e 1,6 milhões por cobrar se referia ao valor do lado da receita à cobrança que o Município faz aos famalicense. Portanto, duas perguntas muito concisas, muito concretas, não entendo porque é que não me respondeu, certamente poderá responder-me agora. Avançando e entrando agora em dois parâmetros de saúde pública, nas Antoninas fomos todos confrontados infelizmente com o problema do saneamento, foi uma situação bastante incómoda para todos e acima de tudo um problema de saúde pública, portanto, a pergunta que eu fazia a Vossa Excelência é se podia esclarecer, o que é que realmente aconteceu, se foram tomadas as devidas providências para não voltar a

acontecer, que além da questão de saúde pública a imagem que transmitiu também foi bastante negativa. Falando na questão da saúde pública e têm me chegado alguns vídeos, inclusive já fui testemunha disto, existe uma praga de ratazanas na Cidade. Não sei se Vossa Excelência sabia, se os serviços já lhe fizeram chegar, posso lhe fazer chegar alguns vídeos que demonstram exatamente isso, eu já tive encontros diretamente com esses animais e acima de tudo é um problema de saúde pública. Portanto, o apelo que eu faço e sabendo que é impossível acabar com a praga, mas é possível controlar a praga, é que providenciasse junto dos serviços para que realmente essa situação pudesse ser resolvida. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Ainda antes de passar à dita questão, gostaríamos de parabenizar o Município pela recente apresentação do Centro de Atletismo, pessoalmente gosto da ideia, está muito bonito e dá uma boa capa de revista da Câmara. É de facto, uma obra muito aguardada não só pelos atletas, mas também pelos Treinadores, Associações e muitos famalicenses que mesmo olhando para esta modalidade como lúdica não deixam de ser parte interessada. É uma obra tão aguardada que são várias as intervenções da CDU sobre este assunto. São tantas, que citando o Senhor Deputado Armindo Gomes, este já dizia, a Tânia Silva está sempre a falar da Pista de Atletismo. Já lhe dissemos que ela estará pronta em 2023. Pois é, Senhores Deputados, não foi em 2023, não será em 2024, nem em 2025. Mas curiosamente, volta-se a anunciar o projeto em vésperas de eleições autárquicas. Honestamente Senhor Presidente, é caso para dizer, já vi este filme antes. É quase como o clássico “Sozinho em Casa” que passa todos os Natais. E esta Câmara tem divulgado tantas vezes este “filme” que faz-nos recuar a 2016 e a cada passo da sua divulgação já nos leva a ver para crer. Como é sabido por todos, sou parte interessada deste tema, e clubismos à parte, sempre reivindiquei

este assunto ainda antes do tempo que resolveram expulsar os atletas da pista de cinza do velho Estádio Municipal. Foi tanto o contorcionismo, as dificuldades e até as lágrimas que daqui louvo todas as associações que fazem um trabalho diário incansável para que já há muitos anos Famalicão seja o concelho com maior número de atletas federados no distrito. E mais, são inúmeras as conquistas individuais e coletivas que faz do nosso concelho um conhecido nicho de valores, não só desta, como de outras modalidades. Por outro lado, aquilo que gostaríamos aqui de referenciar são os 645 dias como prazo de execução. E honestamente, olhando ao número, parece-nos que esta obra nunca foi uma prioridade deste executivo. Mais, parece-nos que há muito que esta Câmara procurava concretizar este projeto na base de parcerias – lembremo-nos da imatura Candidatura à Cidade Europeia do Desporto, ignorando todas as lacunas de espaços e materiais necessários para a prática das mais diversas modalidades. E por isso, aquilo que gostaríamos de aqui questionar Senhor Presidente era o porquê destes 645 dias como prazo de execução desta obra? E se o adiamento constante desta obra representa a procura da execução de um Projeto em parceria? E ainda que outras intervenções, tem este executivo projetadas para beneficiar e dar uma efetiva resposta ao maior problema dos desportistas famalicenses, que é a falta de instalações e materiais? -----

- E ainda uma outra questão senhor Presidente. -----

- Ao longo destes últimos 3 anos, desde o momento em que tomamos posse, tem surgido assuntos que são recorrentes em torno das obras no centro da cidade. Da nossa parte já por diversas vezes denunciámos a falta de planeamento, de fiscalização e de capacidade de execução que este executivo tem demonstrado neste tema, e que mais não é do que a constatação que este executivo já não tem soluções. Depois de várias intervenções, de várias denúncias, de vários

remendos, parece-nos que os problemas do centro urbano já deviam estar resolvidos, no entanto verificam-se novas ocorrências a que se somam problemas velhos, num rumo que contraria a visão de modernidade calcificada que este executivo pretende apresentar. Nos últimos dias fomos confrontados com mais uma descarga poluente no rio Pelhe, o senhor Presidente tem conhecimento desta situação, que esclarecimentos nos pode prestar? Para além desta nova situação, permanecem os constantes maus cheiros no parque da Devesa e no parque da Feira provenientes de descargas, os problemas de saneamento, por mais obras que se façam, continuam a verificar-se e a resposta tarda, ao contrário do entupimento que é certo. Senhor Presidente, para quando o remendo do remendo? Quando podem os famalicenses esperar para ter estes problemas resolvidos? Por último, na semana passada, perto do parque da Juventude verificamos em plena luz do dia, que ratazanas deambulavam pelos passeios, esta semana, munícipes denunciaram que o mesmo ocorria em vários locais do centro. Senhor Presidente, esta situação constitui um perigo para a saúde pública, é a demonstração cabal de que algo não está bem, consideramos que a resolução desta situação é urgente e explicações são devidas, assim gostaríamos de questionar o Senhor Presidente se tem conhecimento desta situação, de ratazanas a céu aberto no centro urbano da cidade? Tem alguma explicação para esta situação, é um problema que já existia, mas não se via, ou é de geração espontânea? Que medidas estão a ser tomadas para combater este problema?-----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** – Senhor Presidente, das muitas perguntas que nos fizeram chegar em contacto com as populações e eu escolhi aqui três que me parecem pertinentes. Como sabe o tema da habitação continua sendo um tema na ordem do dia. Reconheço, no entanto, os esforços deste Município, deste executivo camarário, mas os problemas agravam-se todos os dias fruto de más

orientações e dificuldade em perceber as alterações sociais. Agora, o que parece, estão a construir as habitações de custo controlado, supostamente para aquele grupo que foi apelidado de classe média. Eu já fiz um esforço aqui nesta Assembleia Municipal a tentar explicar o que é a classe média, mas isso são contas de outro rosário. Vamos por exemplo a Gondifelos senhor Presidente, onde estão a construir as tais casas de custo controlado. Vários habitantes vieram ao nosso encontro perguntando, indagando, para quem se destina essas habitações, porque segundo rumores que circulam com muita intensidade seriam entregues a determinada etnia. Pergunto muito claramente senhor Presidente de Câmara, confirma estes rumores que tem causado apreensão às gentes de Gondifelos? Segunda questão, apresento esta questão porque tem havido várias queixas junto dos serviços municipais, inclusive depois contactaram o Chega na sua comissão política, dejetos, cheiros nauseabundos, com várias queixas de moradores na Avenida 25 de abril por detrás da Confiauto na antiga Abílio da Costa Moreira naquele descampado. Já foram feitas várias queixas e que causa cheiros nauseabundos junto daqueles prédios na Rua Ernesto Carvalho, tem conhecimento de alguma coisa? E por último, um tema que está na ordem do dia porque tem sido muito discutido na rua, e como já disse variadíssimas vezes nós somos pessoas de rua e auscultamos as pessoas. Futebol, Estádio Municipal, SAD não é a liga dos campeões, é a SAD. Perante as afirmações do Presidente da SAD, qual a posição da Câmara se é que tem uma posição pensada, porque nos parece e aliás, tive oportunidade de comunicar porque temos uma relação cordial ao Presidente da SAD, nos parece que Miguel Ribeiro se pôs em bicos de pés e lançou um ultimato inaceitável, talvez servindo de mensageiro de alguém, posso dizer se me permite, a título informativo, que há três grandes correntes na sociedade de Famalicense da auscultação que fizemos. Uma primeira corrente

são os amantes fervorosos do futebol que não querem de maneira nenhuma que o Estádio saia dali. Uma segunda corrente, na qual me enquadro e o chega se enquadra, querem de facto uma intervenção no Estádio, porque precisa de uma intervenção, o menos onerosa possível para os cofres camarários porque há outras prioridades. E uma terceira corrente, aqueles que são em menor número, que não se importam que o Estádio saia dali desde que os terrenos sejam utilizados para fins habitacionais e não para mais uma superfície comercial. Portanto, se for possível, em que ponto é que estamos se puder informar aqui os nossos concidadãos. -----

---**RICARDO VALE (PS)** – A minha questão prende-se com as últimas notícias relacionadas com o novo ramal da Medway. Em maio de 2023 o partido Socialista já tinha alertado para este tema, pela Vereadora Maria Augusta Santos, e na altura a posição do Dr. Mário Passos foi muito furtiva, basicamente remeteu para a frente, dando nota que nenhum pedido de licenciamento à data teria dado entrada nos serviços da Câmara, a verdade, é que este tipo de postura de não antecipar eventuais situações não costuma ter bons frutos. Mais recentemente, a Junta de Freguesia de Lousado, com a secundarização da própria Câmara Municipal, vem dar nota que a pretensão da Medway de uma nova linha no ramal não poderá seguir avante. O ponto e a grande questão aqui, é até que ponto esta recusa poderá colocar em causa o investimento da Medway em Lousado, Vila Nova de Famalicão. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu só queria responder à senhora Deputada, Tânia Silva e para que os senhores Deputados e Presidentes de Junta saibam o que é um concurso público. Cada um está na sua área, eu de atletismo não percebo nada, mas de concurso público percebo. A Tânia Silva muitas vezes vem aqui, o Grupo Municipal da CDU, não, a CDU não tem Grupo Municipal

nenhum, você é sozinha, mas isto é outro assunto. A Pista de Atletismo, a Câmara no primeiro concurso ficou deserto, sabe o que é ficar deserto, as coisas subiram de tal ordem e o dinheiro não chegou e os empreiteiros não concorreram, não foi a Câmara que não tinha dinheiro. O primeiro concurso ficou deserto porque não houve empreiteiros que dessem preço para aquela empreitada, ponto final. O segundo concurso, houve uma empresa que diz que ganhou a obra, mas na realidade não ganhou e foi com a Câmara para Tribunal anular o concurso público outra vez. Terceiro concurso, uma realidade, a Pista de Atletismo vai ser uma realidade como era em 2022 ou 2023, era exatamente igual se não ficasse o concurso deserto, ou se não houvesse contestação de uma empresa e o terceiro finalmente é uma realidade, estamos entendidos. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Apenas três ou quatro perguntas e muito sintéticas. Senhor Presidente, Pateiras. O Canal NOW e a Revista Sábado, noticiaram uma situação muito grave a propósito das Pateiras. Vossa Excelência fazia parte da Câmara, e a pergunta é concreta, depois de ter havido uma primeira negociação com os proprietários que o antigo presidente, Paulo Cunha, na entrevista assumiu ter participado de 200 para 414 mil euros como é que isto foi possível? Segunda pergunta, Eco Parque de Cabeçudos, veio a público uma notícia que Vossa Excelência foi a lisboa, foi mal-acompanhado a lisboa, os famalicensez também sabem isso, Vossa Excelência, entretanto resolveu como é seu apanágio processar um jornal que noticiou essa ida a lisboa. Agora a minha pergunta é simples, Vossa Excelência está-se a defender com o dinheiro dos famalicensez, ou é do seu bolso? Quem está a pagar a sua defesa em Tribunal e esse perseguir de um Tribunal que emitiu e difundiu uma notícia, é porque eu gostava de saber isto em concreto, se é o senhor que está a pagar, se é a Câmara Municipal, se é o dinheiro de todos os famalicensez que estão a pagar essas manigâncias. A terceira

pergunta era para o Vereador da Educação. Tenho várias fotografias, várias notícias de que na rentrée escolar estão a ser fornecidas aos pais canetas com Mário Passos, Vossa Excelência tem conhecimento disto nas escolas? É verdade, nas escolas, eu tenho fotografias e é mais que um sítio, e o senhor acha isto bem que isto esteja a acontecer? Ou em algumas escolas em que os pais das comissões, ou os professores, tenham diferente orientação política também devemos pôr esferográficas Eduardo Oliveira? É que isto é ridículo, ridículo que esteja a acontecer e está a acontecer senhor Presidente infelizmente. Olhe, mais uma pergunta, o IGF pediu uma sala e está aí em setembro todo ou quase todo, que é que anda aí o IGF a fazer, isto é, um entra e sai da judiciária do IGF. O que é que se passa para uma sindicância tão longa? O que é que se está a passar senhor Presidente? Acho que tem a obrigação de nos dizer. Uma última pergunta, Vossa Excelência é o primeiro Presidente de Vila Nova de Famalicão desde o 25 de abril em que os famalicenseiros dedicaram uma música, não sei se já ouviu, mas não era da música que eu lhe queria falar. Vossa Excelência, de facto, atentou na letra daquela música e no lamento que ela significa para todos os famalicenseiros, muito obrigado. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) – Apenas para responder ao senhor Deputado, Armindo Gomes, eu creio que o senhor Deputado é empresário, certo, a pergunta que eu lhe coloco é se o senhor Deputado candidata-se a projetos que lhe vão dar prejuízo? Portanto, a sua resposta se se candidata a projetos que lhe vão dar prejuízos. A resposta que o senhor vai dar, provavelmente vai responder o porquê destes concursos terem ficado vazios senhor Deputado, é simples. -----

---ARMINDO GOMES (CDS) – Senhora Deputada, Tânia Silva da CDU. Eu acho que fui claro em dizer que o concurso ficou deserto, entre o projeto da obra e a obra ir a concurso leva seis meses sensivelmente, e as coisas subiram de tal

ordem naqueles dois anos que os empreiteiros não concorreram à obra porque o dinheiro não chegava, isso acontece em qualquer parte do mundo, em qualquer parte do país acontece em muito lado. Eu já lhe disse que de atletismo não percebo nada, neste caso percebo. O segundo concurso, houve uma empresa de Famalicão que reclamou por a obra não lhe ser adjudicada, entendia que tinha razão porque nem sempre o preço mais baixo é o que conta. Meteu a Câmara Municipal em Tribunal, o Tribunal anulou o concurso, Câmara lança terceiro concurso e agora foi de vez, foi entregue a obra. -----

---RICARDO MESQUITA (PSD) – Queria só prestar um esclarecimento que foi dado aqui por um deputado do partido Socialista relativamente à carga fiscal. E de facto, a carga fiscal percentualmente aumentou para 36%, o que o senhor Deputado se esqueceu de dizer é todo o resto que ele escolheu omitir daquilo que veio dizer. De facto, a carga fiscal do ponto de vista nominal aumentou e não foi pouco, foi 8.8% em termos nominais, o que significa que na verdade os portugueses estão a pagar mais impostos. Impostos diretos aumentou 10.7% foi especificamente sobre o IRS. Impostos indiretos foi cerca de 5.5%. E de facto, o que o senhor Deputado se esqueceu de dizer é que houve uma coisa que se chama inflação, que permitiu que o efeito de fator subisse 2,2%. E é essa a artimanha que conseguiram fazer para que os números no final ficassem todos muito redondinhos e parecesse que correu tudo muito bem, quando na verdade estamos todos a pagar mais impostos. -----

---RICARDO COSTA (CDS) – De facto eu tinha aqui umas notas, e tinha duas ou três palavras chave. A primeira é a rentrée que aqui o PS já veio de facto fazer. A segunda que para muitos o PS acabou e vai fazendo aqui a prova de vida. E, portanto, o Chega já o fez há bocado, agora fez o PS, nós vamos aqui assistindo às provas de vida e faz parte, e para nós que caminhamos para mais

velhos esperemos chegar lá, portanto, cada ano que passa vamos fazendo a prova de vida. Efetivamente, eu gosto sempre que o partido Socialista venha cá responder e lançar repto àquilo que eu vou dizendo, e de facto, o senhor Deputado, Paulo Pinto, que é uma pessoa, no meu entender e peço desculpa por aquilo que eu vou dizer, uma pessoa extremamente inteligente e perspicaz, veio aqui dizer que já não é a primeira vez que eu falo no assunto, efetivamente não falo no assunto. E veio cá falar e eu tinha que lhe dizer da carga fiscal. Efetivamente, o País tem a décima terceira carga fiscal, mas também tem o vigésimo Pib per capita, ou seja, que se traduz no quarto maior esforço da Europa, percebeu senhor Deputado? Se quisermos é comparar o Pib do Luxemburgo com o Pib Português. De facto, que nós quando vemos e eu ainda acrescento mais a minha opinião, quando vimos a este púlpito as coisas têm que fazer sentido e portanto, depois da prova de vida, depois de vir aqui lançar umas larachas, há uma coisa que digo e relativamente a isso, cada um de nós, quer os que estão aqui nesta sala, quer os que estão lá fora, sabemos que nunca tivemos uma carga fiscal tão grande e esperemos que com o próximo orçamento de Estado seja aprovado e que de facto, possa reduzir e que daí possa advir alguma tranquilidade fiscal e que também com isso possa advir também alguma tranquilidade institucional, porque a prova de vida foi feita e vem o inverno e vem o frio, a temperatura baixa e as coisas ficam mais serenas. -----

---JOÃO CASTRO (CHEGA) – Pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa. Senhor Presidente da Assembleia, era só para dizer que este Período supostamente era para colocar questões ao senhor Presidente de Câmara, que ele está ansioso por responder e estão a ir buscar assuntos que já vão no Período de Antes da Ordem do Dia. Portanto, isto atrasa os trabalhos e em termos de eficácia significa zero. O senhor Presidente está à espera para nos responder às perguntas

que são importantes, todos os famalicenses querem ouvir e estamos aqui num bate boca de dois irmãos desavindos e não vale a pena. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Senhor Deputado, Armindo Gomes, lições sobre obras públicas não é preciso senhor Deputado. O senhor Deputado veio aqui responder exatamente àquilo que eu queria que você respondesse, ninguém concorre a um projeto que vai dar prejuízo. Não foi por eu frisar o seu nome na minha intervenção não se sinta na responsabilidade, ou na obrigação de me vir responder. A questão foi colocada ao senhor Presidente da Câmara e é dele que eu quero a resposta. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – De forma telegráfica, tendo visto aqui dois senhores Deputados afirmar que atualmente temos a maior carga fiscal, eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se consegue informar de que partidos é o governo da República.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS)** – De forma muito rápida e começando pelo saneamento na cidade. Como é sabido, foi concluída recentemente uma obra de uma conduta paralela para que a capacidade do saneamento fosse incrementada naquela zona da cidade. Relativamente à Pista de Atletismo, como é sabido e aqui já foi referido vários constrangimentos, o que é certo, é que o segundo concurso que foi aberto foi para toda a pista de Atletismo e não de forma faseada como estava pensada anteriormente, serão mais de 7 milhões de euros afetos à Pista de Atletismo, será uma das melhores Pistas de Portugal. Relativamente à habitação a custos controlados que nós denominamos mais corretamente, para a habitação, para o arrendamento acessível para os agregados que apresentarem as condições para que possam pagar uma renda bastante inferior, mas numa margem que está estabelecida por Lei relativamente à renda comercial. Portanto, não confundir arrendamento

acessível com renda apoiada porque nada tem a ver uma coisa com a outra. Medway, muito importante, o problema da Medway neste momento nada tem a ver com o ramal ou a adenda que pretendem fazer ao projeto existente. O problema da Medway neste momento, tem a ver com a falta de emissão de um parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, porque foi lá detetado alguns resíduos de arsénio e está a Medway neste caso em particular à espera e nós também ansiosos inclusive por esse parecer, porque esse é que está a bloquear a prossecução deste grande projeto para Famalicão, obrigado Presidente não tenho mais tempo.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – De uma forma muito sintética e relativamente aos impostos iremos voltar, agora não é o momento certo. Mas só dois atalhos de foice. Primeiro, carga fiscal é mentira, carga fiscal nominal como o Deputado do PSD disse é verdade, há diferença sobre os dois conceitos e esqueceram-se de uma coisa, é que uma grande parte da carga fiscal que o Estado arrecadou tem a ver com a diminuição do desemprego, porque as receitas da Segurança Social aumentaram de forma exponencial, assim como as contribuições do IRS, porquê, porque o desemprego diminuiu assim como o salário médio subiu de forma exponencial. Mas podemos voltar aqui, eu também faço aqui um apelo como o meu camarada disse, espero bem que a carga fiscal no final de 2023, 2024, 2025 seja substancialmente inferior e que este Governo possa ir por esse caminho, pela taxa do carbono não estou a ver por aí.-----

---**RICARDO VALE (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, apenas um pedido de esclarecimento adicional por favor. A questão do Arsénio é uma questão pública, portanto a perceção que haverá na opinião pública é de que é um tema que foi identificado, está a ser tratado e ultrapassado. No entanto as notícias concretamente nos finais de junho deste ano, portanto notícias relativamente

recentes do Opinião Pública de Famalicão dão nota que a autarquia através dos serviços técnicos do departamento de ordenamento e gestão urbanística, já deu nota do seu parecer à Medway e à IP solicitando a apresentação de uma proposta alternativa pelo qual ainda se aguarda. Sobre esta questão, permita-me por favor tentar identificar, há a questão do Arsénio e há o tema da nova linha. E a minha questão é sobre o tema da nova linha, o Arsénio é o que é e tem de vir de facto a declaração. Portanto, reitero a pergunta, se a questão da nova linha está em cima da mesa, se foi apresentada uma proposta de introdução de uma nova linha, se sim, qual foi a resposta da Câmara e se essa resposta sendo negativa ao que parece pela notícia é, pode eventualmente colocar em causa o investimento da Medway. -----

---SEGUNDO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Abertura de Procedimento de Concurso Público com publicidade internacional, para aluguer e instalação de construção modular em ambiente escolar para a Escola Padre Benjamim Salgado, e devida assunção do compromisso plurianual, para efeitos do disposto nos n.os 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; no valor de 1.435.124,00 € (um milhão, quatrocentos e trinta e cinco mil e cento e vinte e quatro euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto na al. b) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – De forma rápida sobre esta proposta, trata-se da escola Padre Benjamim Salgado que é necessário desenvolver um conjunto de procedimentos, um deles é esta, a proposta seguinte é um outro que tem a ver com a abertura do concurso que,

entretanto, como sabem, prosseguiu e está em fase de conclusão a aguardar a aprovação desta proposta para depois prosseguir para o Tribunal de Contas. Trata-se aqui de contentores ou de pré-fabricados, salas contentor como também são denominados, com todas as condições conforme conhecem para que se possa instalar uma escola provisória num terreno em Joane, por forma, a que a escola seja esvaziada de conteúdo para que a obra possa decorrer num tempo record e como sabem vai ter que ser.-----

---JORGE COSTA (PS) – O António Costa foi um homem a sério, puxou para a Europa e para este País também o PRR, como forma evidente para fugir à crise que o Covid aportou também ao Mundo e a este Continente. Depois de períodos em que pouco havia que fazer, o PRR veio dar luz nova, um farol novo para determinadas áreas que careciam de intervenção significativa e, portanto, saudamos o Dr. António Costa, a AD também saudou e Montenegro particularmente, porque apoiou o cargo que ele agora desempenha na Europa. Mas à parte disso, eu não vim aqui para falar do PRR, eu vim aqui para mais uma vez fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara, para que comunique com verdade e eu como cidadão famalicense depois fico atónito, fico estupefacto com duas ou três ou quatro verdades que saem dependendo de quem as diz. Ouçam as palavras do nosso Governo por acaso da AD, “vamos gastar na escola de Famalicão Padre Benjamim Salgado, 22,7 milhões” data deste anúncio 31 de maio deste ano, fonte recuperarportugal.gov.pt, site do governo. Tinha dito dois dias antes a Câmara Municipal, nós Câmara vamos gastar nesta obra 21 milhões. A minha pergunta é, somam os 21 milhões aos 22,7 milhões? Portanto, vão ser gastos naquela escola quase 60 milhões ou uma destas instituições como é hábito e apanágio está a mentir.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – Só para esclarecer, obviamente que conforme saibam, não sei se todos, mas pelo que eu percebo não todos. Esta candidatura foi ganha com muito trabalho, muito suor da câmara Municipal que em tempo record apresentou uma candidatura que corresponde ao maior valor de todas as outras candidaturas. Ganhamos porque fomos mais rápidos, fomos mais competentes, porque muitas concorreram e ficaram de fora, e, portanto, fomos nós entre mais alguns que conseguimos esta candidatura. E depois no que respeita aos valores, obviamente que há aqui uma dimensão do PRR muito significativa, e há outra parte como é o caso desta proposta, porque esta empreitada global corresponde a um conjunto de empreitadas, esta proposta em particular de 1 milhão e 400 mil euros que é o valor da adjudicação desta empreitada dos pré-fabricados para as salas de aulas e só nesta são 600 mil euros e serão do orçamento municipal para ter uma ideia, uma parte é do nosso orçamento e outra parte é do PRR, o somatório destas partes é que dá o valor da empreitada como é sabido. -----

---PAULA AZEVEDO (PSD) – A Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, vai ter estas obras de requalificação e ampliação, de cariz urgente já há muito tempo como os senhores Deputados sabem. Infelizmente nunca chegamos a descobrir porque não foi abrangida pela Parque Escolar coisa que devia ser, tal era a urgência desta Escola. Uma Escola já com muitos anos, já a precisar de obras há muito tempo e que não foi abrangida pela Parque Escolar. Finalmente será agora pelo PRR e serão esses Fundos que irão ajudar também a requalificá-la, porque são quase 2000 alunos e as suas famílias em Joane que foram afetados durante muitos anos pelas fracas condições desta Escola, que solicitava sempre obras e que nunca foram feitas. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Presidente, Vossa Excelência teve a palavra e acabou por não corrigir a errónea informação que forneceu aos famalicenses e que consta do portal da educação de Famalicão datada de 29 de maio de 2024. Como nem todas as pessoas pactuam com isto, a Professora Paula Azevedo teve a decência e agradeço à Professora, vir aqui dizer que a Escola Padre Benjamim Salgado iria ser recuperada agora com os dinheiros do PRR, é uma questão de verdade senhor Presidente. Peço-lhe como Deputado Municipal, que ordene ao seu Vereador que vá ao site, portal da educação do município de Vila Nova de Famalicão repor a verdade para não andarmos a atirar areias para os olhos dos famalicenses. -----

---**PAULA AZEVEDO (PSD)** – Senhor Deputado, Jorge Costa, eu penso que está gravado, eu não disse que foi com o dinheiro do PRR, eu disse que será com a ajuda do dinheiro do PRR. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Esta é uma daquelas situações que é pior a emenda que o soneto. Oh! Senhor Presidente das Câmara, como reina na grande confusão e até na Senhora Professora, Deputada Paula Azevedo. Eu venho-lhe perguntar de novo, é verdade aquilo que a Câmara diz no portal da educação, que vai gastar 21 milhões de euros, ou é verdade aquilo que o seu Governo dos mesmos partidos, da mesma maioria, diz no site do Governo? De uma vez por todas, os famalicenses têm direito à verdade. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA ALUGUER E INSTALAÇÃO DE CONSTRUÇÃO MODULAR EM AMBIENTE ESCOLAR PARA A ESCOLA PADRE BENJAMIM SALGADO, E DEVIDA ASSUNÇÃO**

DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.OS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; NO VALOR DE 1.435.124,00 € (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO MIL E CENTO E VINTE E QUATRO EUROS), ACRESCIDOS DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA AL. B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º, DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---TERCEIRO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Celebração do contrato de arrendamento para instalação provisória de Serviços Educativos - Escola Secundária Padre Benjamim Salgado de Joane, e assunção de compromisso plurianual pelo valor anual de 168.000,00€ (cento e sessenta e oito mil euros). Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) ----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – Trata-se da mesma matéria aqui anteriormente referida para a Padre Benjamim Salgado. Há necessidade de um terreno para sediar a escola provisória que queremos instalar, portanto para tal efeito, tivemos que procurar um terreno e depois obviamente alugar o respetivo terreno que corresponde o valor referido de cerca de 170 mil euros e que podemos somar aos 600 mil euros anteriores que já dá 770 mil euros que valor este sairá do orçamento municipal. -----

---RICARDO VALE (PS) – Naturalmente, este é um ato que decorre das obras e, portanto, há necessidade de encontrar um espaço para arrendar, nada a obstar à realização deste arrendamento. O detalhe surgiu com a análise da documentação

e eu gostaria de partilhar convosco, o valor do arrendamento mensal foi o meu raciocínio, não faço ideia se 14 mil euros para a área em causa é muito ou é pouco que importa ter uma noção do valor de metro quadrado. Fiz uma pesquisa sobre arrendamento de terrenos nas mesmas circunstâncias, uns, áreas maiores, outros, áreas menores, e o valor médio de mercado da dezena de exemplos que identifiquei deu 36 cêntimos por metro quadrado, este foi o valor de referência de uma pesquisa. Ora, naturalmente, o que fiz a seguir foi dividir o valor mensal pela área a ser arrendada e aqui é que comecei a deparar-me com alguns pontos. A certidão do registo predial faz referência a 51 mil metros quadrados, depois corrige para 50 mil metros quadrados na própria certidão e está um valor metro quadrado de 27 cêntimos, portanto 75% do valor de mercado está certo. No entanto, a caderneta predial rústica por causa de uma alteração de área de um processo de representação gráfica georreferenciadas já com alguns anos, desce para 41 mil metros quadrados, número redondo 42 mil metros quadrados, dividindo o valor por esta área mais restrita chegamos a 34 cêntimos o metro quadrado, 92% do valor médio do mercado identificado está certo. No entanto, fiquei curioso com esta dicotomia destes dois documentos e fiz uma análise à área em causa, utilizei entre outros o anexo do documento aprovado no ponto anterior, e, portanto, mais ou menos a olho identifiquei a área, e esta área identificada por georreferenciação, apresenta mais uma vez em número redondo, 13.500 mil metros quadrados, e é uma diferença muito grande entre os 50 mil ou 41 mil e estes 13.500 mil metros quadrados, porquê, porque aqui o valor do metro quadrado de arrendamento já é de 1,4€ o que dá 285% acima do valor de referência de mercado. Ora, o que é que eu fiz a seguir, eu tentei perceber porque poderia ser aqui algum erro de análise da minha parte, então o que eu fiz foi medir o quarteirão que compreende parte da Nacional 206, a Avenida da

República, laborins e a Rua do Relógio, na prática o quarteirão onde esta área se insere e este quarteirão todo com habitação, comércio, serviços, tem 58 mil metros quadrados. E, portanto, a minha pergunta muito honesta aqui é, se de facto a Câmara está a arrendar uma área de 40 mil metros quadrados (estou a arredondar) ou se está a arrendar uma área de 13 mil, 14 mil metros quadrados? Se for esta segunda hipótese, a nossa nota e o nosso ponto é o valor metro quadrado representa número redondo 285% do valor de média comercial que eu vi de outros terrenos. E, portanto, gostaríamos muito de alertar a Assembleia para esta questão e de pedir, naturalmente, o devido esclarecimento ao executivo. ----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Como este ponto entronca na discussão do ponto anterior e vamos voltar a falar de PRR, eu queria aqui esclarecer uma coisa que parece muito simples. Ninguém anda desorientado, das duas uma, ou o partido Socialista não sabe ver as notícias, ou não percebe nada disto, ponto final! Senhor Deputado, o site da Câmara Municipal fala em 21 milhões que é o dinheiro que vem do PRR. O site do governo fala em 24 milhões que é o custo da obra pois com certeza, é que tem lá 3 milhões de dinheiro do Orçamento Municipal, ainda não percebeu? 24 milhões menos 21 milhões dá a diferença de 3 milhões! A obra custa 24 milhões de euros, o PRR financia em 21 milhões de euros, a Câmara Municipal paga 3 milhões de euros, sabe o que é que isso significa, então o que é que eu acabei de dizer, senhor Deputado. Segunda nota, isso significa o quê? Significa, que de facto, do Orçamento Comunitário vem os tais 21 milhões de euros, do Orçamento Municipal vem 3 milhões de euros, e do Orçamento de Estado do António Costa vem zero, do Orçamento de Estado do António Costa vem zero! Aliás este 1,4 milhões de euros também tem financiamento PRR, 1,4 milhões de euros tem um financiamento de 800 mil euros, o diferencial é do Orçamento Municipal, e do Orçamento de Estado do

António Costa vem zero. E quando o senhor diz que António Costa, até parece que foi o criador do PRR, o que é uma absoluta mentira como sabe, ou nunca ouviu falar do Next Generation da Senhora Vanderlei em 2020? Não sabe que o Next Generation da qual resultam todos os PRRS, é o único financiamento comunitário que abrange todos os Estados Membros, todos, até a Alemanha recebe, até a França recebe, sabia disso? Não, já agora vou-lhe lembrar uma outra coisa, o Governo do Dr. António Costa gostava tanto desta escola e o PS gostava tanto desta escola que em julho de 2018, o parlamento aprovou a Resolução n.º 268 que recomendava ao Governo a adoção de medidas necessárias para a requalificação urgente da Escola Secundária Padre Benjamim Salgado. Este Projeto de Resolução decorreu das iniciativas do Partido Social Democrata, do CDS/PP, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista Os Verdes, a única força política que votou contra foi o Partido Socialista. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu vou ser rápido para que a Assembleia não atrase muito. A Câmara Municipal sobre o alugar do terreno, para alugar não pode expropriar, pode expropriar para venda, se o dono do terreno não alugasse o terreno, a Câmara aonde é que tinha a solução para colocar os contentores no centro de Joane, era o partido Socialista que tinha lá um terreno para alugar, é muito fácil dizer que dos outros é caro, mas o que é dos outros é caro porque o que é nosso é sempre barato. É caro, e se o proprietário não alugasse o terreno, e se a Câmara perdesse o financiamento para esta escola e não arranjasse solução para colocar os contentores, o que é que vocês iam dizer aqui perante esta Assembleia, iam colocar os contentores na estrada nacional que vai para Guimarães, iam colocar os contentores do meio do monte em Airão. Agora arranjar uma solução no Centro de Joane junto à Feira um grande terreno, se me

disser que é caro, eu não digo que é caro ou que é barato, a solução está arranjada e é muito melhor isso do que perder o financiamento. -----

---RICARDO VALE (PS) – Senhor Deputado, o meu ponto era para estarmos todos conscientes do que está aqui e o PS não vai votar contra. O meu ponto é se há uma noção clara para todos que o valor que se está a pagar é um valor superior ao mercado, substancialmente superior ao valor de mercado, naturalmente que no limite não havia arrendamento que a proprietária dizia não. Ninguém está a falar de expropriação, ninguém está a falar de mais nada a não ser tomarmos consciência, esta Assembleia e sobretudo a população que há um valor que está sobrevalorizado. E, portanto, neste cenário onde o ato é necessário, o valor é excessivo e o partido socialista desconhecendo a existência de alternativas porque as desconhece não pode votar favoravelmente, nada indica que vote contra, portanto a solução é abstenção.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – Só para esclarecer de forma breve. Obviamente que todos os exercícios da matemática podem ser desenvolvidos só que não resolvem problema nenhum. Aqui o que foi feito, foi cumprindo uma lógica que também é normal, a Direção da Escola com o Senhor Vereador da Educação, demais técnicos e com o Senhor Presidente da Junta procurarem locais que tivessem acessibilidades para ter uma Escola provisória desta dimensão, quer desde logo um condicionalismo, porque não há assim como sabe, tantos terrenos com estas condições e dos poucos terrenos que existiam foi negociado, e este era o terreno mais barato. Este terreno corresponde os 14 mil metros quadrados, sendo 14 mil euros a 1€ o metro quadrado e, portanto, é o preço justo atendendo ao facto de em Joane não haver nenhum terreno nas condições que teria que ter mais barato que este valor, logo sob o

ponto de vista do negócio acho que foi um bom negócio para todos, são 14 mil metros quadrados. -----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE SERVIÇOS EDUCATIVOS - ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE BENJAMIM SALGADO DE JOANE, E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PELO VALOR ANUAL DE 168.000,00€ (CENTO E SESSENTA E OITO MIL EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---QUARTO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração dos contratos interadministrativos de Delegação de Competências com a Freguesia de Gavião, a Freguesia de Fradelos, a Freguesia do Louro, a Freguesia de Pedome, a Freguesia de Ribeirão e a União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim, e assunção dos compromissos plurianuais ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO) – Vamos proceder à discussão do ponto, pelo que solicito aos senhores Presidentes da Junta de Freguesia em questão, que caso pretendam declarar-se impedidos se possam abstrair na discussão e que anunciem o seu impedimento caso o pretendam na altura das votações que será feita por

Freguesia, peço que estejam atentos a este procedimento os Presidentes ou os substitutos naturalmente também se aplica a quem estiver a substituir o senhor Presidente da Junta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – São um conjunto de transferências financeiras por via da delegação de competências, a que corresponde mais de 500 mil euros para cumprirmos o nosso plano de ação que já falei aqui mais do que uma vez, o plano de ação de pavimentações diversas que estamos a desenvolver em estradas municipais, porque as estradas vicinais são objeto de outros apoios, que a maior parte delas porque não são plurianuais são diretas e são aprovadas em sede de reunião de Câmara. -----

---JORGE COSTA (PS) – O PS apoia estas transferências de competências e irá à semelhança do que fez na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, votá-las todas favoravelmente sem exceção. No entanto, temos dito sempre que estas matérias deviam ter tradução concreta orçamental, em vez de estarem encerradas em grandes rubricas como estão para que as pessoas ano a ano, os famalicenses, pudessem saber em cada ano quais iam ser as obras que iriam ter expressão e consagração. Assim é tudo em cima do joelho em razão de simpatias, é uma gestão casuística que só quando o PS ganhar a Câmara em 2025 irá ter fim. -----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE GAVIÃO, A FREGUESIA DE FRADELOS, A FREGUESIA DO LOURO, A FREGUESIA DE PEDOME, A FREGUESIA DE RIBEIRÃO E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, E ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI 8/2012, DE 21

DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. DECLARANDO-SE IMPEDIDOS OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NÃO VOTARAM. -----

---QUINTO PONTO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alterações ao Código Regulamentar sobre Concessão de Apoios (Casa Feliz), conforme transcritas no corpo da presente proposta e que aqui se dão por reproduzidas, mais concretamente aos artigos 192.º, 193.º, 194.º, 196.º, 197.º, 200.º, 202.º, 203.º, 204.º e 205.º, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) – De forma breve, para dizer que as principais alterações deste Regulamento se prendem com a incorporação de apoios para a eficiência energética neste tipo de habitação e neste tipo de apoio, o incremento do valor do apoio até 20% acima daquele que estava no Regulamento ainda em vigor, porque só a partir de agora é que este irá ficar em vigor. -----

---DANIELA TORRES (PSD) – Este código regulamentar sobre a concessão de apoios tem essencialmente duas vertentes. Uma de Apoio às rendas na qual foram introduzidas alterações que vieram aqui à Assembleia no início do ano e que já estão em vigor, e outra de Apoio às obras. As alterações aqui em discussão como o Senhor Presidente referiu, prendem-se essencialmente com esta segunda vertente de Apoio às obras, sendo de destacar a inclusão das obras de melhoria

das condições de eficiência energética, o aumento do financiamento do apoio bem como outras alterações voltadas para a transparência na atribuição do apoio. Tais alterações visam, não apenas a modernização e requalificação das habitações, mas também contribuem para a promoção de uma agenda sustentável e ecológica em linha com as metas de combate às alterações climáticas. Ao incentivar a adoção de soluções mais eficientes em termos de consumo de energia, como a instalação de janelas de isolamento térmico, a utilização de materiais mais sustentáveis e a integração de sistemas de energias renováveis, estas iniciativas fomentam uma redução significativa na Pegada Ecológica do setor da construção. Outro aspeto fundamental deste código regulamentar são os mecanismos facilitadores da candidatura, podendo as mesmas serem apresentadas ao Balcão Único de Atendimento ou enviadas para o endereço eletrónico do Município. Sendo por fim de destacar o aumento do apoio financeiro, tendo passado de 5000€ para o montante máximo de 6000€. Em síntese estas alterações de Apoio às obras com foco na eficiência energética e na transparência, resultam em benefícios concretos para a sociedade e para os famalicenses.-----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS (CASA FELIZ), CONFORME TRANSCRITAS NO CORPO DA PRESENTE PROPOSTA E QUE AQUI SE DÃO POR REPRODUZIDAS, MAIS CONCRETAMENTE AOS ARTIGOS 192.º, 193.º, 194.º, 196.º, 197.º, 200.º, 202.º, 203.º, 204.º E 205.º, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO PREVISTO NA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA G), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS

TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

---**SEXTO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de relevante interesse público municipal a construção do centro escolar, do parque de lazer, da casa mortuária, com respetivo estacionamento e o reperfilamento e pavimentação da Rua dos Tanques, a construir no prédio propriedade do Município, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Famalicão sob o número 1214 e inscrito na matriz urbana sob o artigo 1362, da freguesia de Brufe, deste concelho, nos termos e para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua atual redação, e do n.º 3 do artigo 12.º do Anexo I à Portaria n.º 162/2011 de 18 de abril, tendo em vista requerer junto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) autorização de utilização não agrícola do solo, com a área de 21.355,00 m2 integrada em Reserva Agrícola Nacional. Tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**RICARDO VALE (PS)** – Uma intervenção rápida só para dar nota da posição do partido Socialista sobre este tema, reconhecemos a importância da renovação do espaço, desconhecemos, no entanto, as alternativas de espaço ou alternativas de utilização de espaço. Eu digo isto, mais em jeito de recomendação se me permitem, para que as propostas que chegam aos Deputados Municipais possam de alguma forma ter aqui algum esclarecimento sobre alternativas, ou de localização, optamos pelo sítio a) em vez do sítio b) que também estudamos, ou c) que também estudamos, porque eu admito que para o executivo que está diariamente a gerir, portanto há coisas que vos sejam evidentes para a Vereação,

mas que naturalmente para quem se encontra aqui, quatro, cinco, seis vezes por ano não são tão evidentes, esta é uma nota em jeito de recomendação. Duas ou três questões também muito rápidas. Se bem entendo, há três edifícios, a Escola Básica do Carvalho de Lagarinhos e o Jardim Infantil do Eiral que deixam de ser utilizados, eu desconheço também, confesso, se são propriedade do Município ou não. Se são, a pergunta é se já tem algum objetivo, algum fim estudado para dar a estes edifícios? Se sim quais, são três edifícios e quando? Segunda questão, a proposta dá nota que é objetivo de o Município candidatar o projeto de Centro Escolar aos incentivos do Portugal 2030. E a minha questão é se o investimento do espaço comum como um todo, só arranca depois de uma decisão do Portugal 2030 sobre o Centro escolar, se arranca o investimento todo exceto o Centro Escolar à espera de uma decisão, ou se arranca o investimento todo mesmo sem uma decisão?-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) –

Relativamente à empreitada, nós temos no âmbito do nosso cronograma de ação uma previsão para que até final deste ano abra o concurso público respetivo para a escola, portanto para o Centro Escolar e isto está incorporado em sede do PT2030 do quadro plurianual de apoio 2030 o Centro Escolar, foi lá introduzido no ITI como é sabido correspondente à Câmara Municipal de Famalicão, negociado como sabe aqui há uns meses atrás.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR, DO PARQUE DE LAZER, DA CASA MORTUÁRIA, COM RESPETIVO ESTACIONAMENTO E O REPERFILAMENTO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS TANQUES, A CONSTRUIR NO PRÉDIO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, DESCRITO

NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO SOB O NÚMERO 1214 E INSCRITO NA MATRIZ URBANA SOB O ARTIGO 1362, DA FREGUESIA DE BRUFE, DESTE CONCELHO, NOS TERMOS E PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA L) DO N.º 1 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 73/2009, DE 31 DE MARÇO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, E DO N.º 3 DO ARTIGO 12.º DO ANEXO I À PORTARIA N.º 162/2011 DE 18 DE ABRIL, TENDO EM VISTA REQUERER JUNTO DA DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE (DRAPN) AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DO SOLO, COM A ÁREA DE 21.355,00M2 INTEGRADA EM RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU, APROVAR A REFERIDA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE BRUFE DECLAROU QUE NÃO VOTA. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO NASCIMENTO)** –

Senhores Deputados, terminada a Ordem de Trabalhos a Mesa regista uma intervenção do público. Dou a palavra à Senhora Alexandra Fontes.-----

---**ALEXANDRA FONTES** – Boa noite, represento o Movimento de preservação do rio Pele e mais uma vez a nossa intervenção prende-se com o projeto de abertura de acesso à autoestrada A7, em Seide direção Landim. No passado dia 29/07/2024, reunimos com o Senhor Presidente da Câmara onde

expusemos as nossas preocupações com este projeto. Preocupações ambientais, porque temos árvores protegidas que com o alargamento da estrada vão ser cortadas, nomeadamente sobreiros, existe fauna e flora que precisam de ser salvaguardadas, por exemplo, temos registado a presença de lontras na zona do Carvalhal. Preocupações com a população - a população de Segures sente-se injustiçada pois vão ser penalizados com um aumento significativo de tráfego de veículos pesados e ligeiros, aumento de ruído dia e noite, mais probabilidade de acidentes, e a qualidade do ar irá piorar. Preocupações com a agricultura local - todos os terrenos estão a ser cultivados. Com este projeto todos eles ficarão certamente a monte. Preocupações com a futura construção de zona industrial que a abertura da estrada irá potenciar. O Senhor Presidente, nesta reunião disse que iria mandar fazer um estudo do fluxo de tráfego. Em que ponto se encontra este estudo? Senhor Presidente, se ainda estamos na fase de projeto e de um potencial estudo porque é que a abertura da nova estrada já está contemplada em PDM? Senhor Presidente, vai ser feito algum estudo de impacto ambiental? Senhor Presidente, vai lançar esta questão para discussão pública? Senhor Presidente, porque é que entende que as vias já existentes não são solução e temos que inutilizar mais solo que faz falta para o ambiente e agricultura? Continuamos disponíveis para em conjunto analisarmos todo este projeto e encontrarmos a verdadeira solução.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (MÁRIO PASSOS) –
Agradecer mais uma vez à D^a Alexandra Fontes por aqui vir trazer esta sua preocupação. Conforme eu já tive oportunidade de referir mais que uma vez, nomeadamente, em duas reuniões que tivemos na Câmara Municipal, acerca desta matéria penso que fui claro. Como é sabido, naquela zona entre Seide e Landim, temos um problema grave numa Estrada Municipal com um perfil que

não é adequado, com habitações em número muito elevado dos dois lados da estrada que não permite o reperfilamento da rua, e quando eu digo reperfilamento da rua é sequer colocar um pequeno passeio. Portanto, o que existe é uma estrada com duas faixas onde passam os ligeiros e os pesados, e aqueles nossos concidadãos que há muitos padecem desse mal sob o ponto de vista rodoviário que não têm qualidade de vida. E, portanto, compete-me a mim enquanto Presidente de Câmara, aliás, numa linha tendência que vinha do passado também, encontrar soluções para resolver este problema. O problema é este e nós estamos cá para resolver problemas, portanto é um problema que não é pequeno, é grande, que já se vai arrastando no tempo. E, portanto, a solução que tecnicamente foi apresentada para se resolver o problema é a construção de uma nova acessibilidade entre esta Estrada Municipal e a Autoestrada A7, nomeadamente o Nó da A7 em Seide conforme é conhecido e, por isso, em sede do PDM temos que deixar o espaço canal correspondente, e lembro que o PDM ainda está em discussão pública, começou no dia 23 de julho e termina segunda-feira dia 23 de setembro, portanto sessenta dias após e está em discussão pública para quem quiser, obviamente, trazer e apresentar contributos da natureza que entender. Mas o espaço canal conforme eu disse na reunião foi aqui referido, eu também estava disponível para desenvolver um estudo de tráfego para que fosse bem evidente a necessidade da Estrada. E, portanto, o que está a ser desenvolvido é exatamente este estudo, como sabe estes estudos é preciso contratualizar e depois desenvolver o estudo, não é propriamente o estudo, ou um trabalho que se desenvolve em uma semana ou quinze dias, portanto, demora o tempo que tiver que demorar por forma a que ele exista para ser apresentado. Porque aquilo que nos foi trazido e que também estará no estudo, é uma alternativa de usar outras estradas, nomeadamente a Nacional 204/5 e outras estradas Municipais desviar e

obrigar o trânsito a passar noutras estradas irá trazer também constrangimentos para outros locais. Mas o que eu disse e mantenho, é que estava e estou disponível, aliás, o estudo já está em fase de desenvolvimento por forma a que ele nos mostre esta evidência desta necessidade. Porque, se assim não for, imagine que não o é e contraria outros estudos, então obviamente que temos que estar disponíveis para rever esta solução. Agora aqui o objetivo não é termos aqui um preciosismo de fazer uma Estrada, eu não gostava muito de não as fazer até porque elas custam muito dinheiro e há muita coisa para fazer. Aqui a questão fundamental é o problema que existe na Estrada Municipal que afeta muitos dos nossos concidadãos, eu tenho o dever e obrigação de resolver e, portanto, é isso que eu pretendo e é isso que vamos continuar a desenvolver, mas sempre sustentados obviamente com a dimensão técnica associada a esta questão. -----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

----- A SECRETÁRIA-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças; -----

---Voto de recomendação apresentado pelo CHEGA.-----

---Moções de recomendação apresentadas pelo PS. -----

---Saudação apresentada pela CDU. -----

---Voto de louvor subscrito pela Mesa da Assembleia e por todos os Grupos Municipais. -----

